

**Os Processos de Obra  
no Município de Lisboa:  
Origem Documental,  
Estrutura Tipológica e  
Classificação Patrimonial**

---

**Vasco Brito**

**I**ntrodução: O processo de obra é o tipo documental que constitui a percentagem mais significativa do acervo à guarda da dependência do Alto da Eira do Arquivo Municipal de Lisboa e é também, aí, a documentação mais consultada <sup>1</sup>.

O conjunto dos processos de obra de edifícios existentes ou demolidos, constitui uma massa documental riquíssima e diversa em termos temporais e informativos. As preocupações tão contemporâneas com o património que é preciso conhecer bem, para melhor se avaliar e finalmente proceder ao estabelecimento de políticas para a sua salvaguarda, aliadas ao valor inestimável das informações que os processos de obra podem fornecer, têm vindo a provocar a necessidade de se procurar uma qualquer classificação desse conjunto documental, que leve em consideração o seu valor patrimonial.

É objectivo deste trabalho, expor as circunstâncias que originaram o aparecimento dos processos de obra, demonstrar a sua importância enquanto fonte documental administrativa e histórica e propor-lhes uma classificação que, ao mesmo tempo leve em consideração o seu valor patrimonial, e possa fazer uma amostragem, ainda que muito genérica, do conteúdo informativo deste vasto conjunto documental.

**O** aparecimento dos processos de obra: O primeiro processo de obra foi iniciado com um projecto de construção datado de 12 de Novembro de 1943 <sup>2</sup>. Foi, portanto, na década de 40 do século XX, que a Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, iniciou a constituição de processos de obra. Não é de surpreender, pois foi durante essa década que se desenvolveu o Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa <sup>3</sup>. O urbanismo da Capital, que tinha crescido fruto de iniciativas pontuais ou incompletas, ao sabor dos interesses da construção especulativa e da indústria, viria, desde então, a merecer a atenção da Administração Central, nomeadamente pela iniciativa de Duarte Pacheco <sup>4</sup>, e da própria Autarquia.

---

<sup>1</sup> Os processos de obra constituem cerca de 17 % do acervo à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa e cerca de 40 % do espólio depositado no polo do Alto da Eira.

<sup>2</sup> O processo de obra nº1 (que corresponde ao primeiro processo a ser constituído) diz respeito ao Cine-teatro Monumental, cujo projecto de construção data de 12 de novembro de 1943.

<sup>3</sup> O primeiro plano de urbanização de Lisboa data de 1938: *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização de Lisboa revisto por Ettiënne de Groer*, e encontra-se disponível no Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego. Sobre a dinâmica urbanística lisboeta ao longo do século XX, nomeadamente aquela que se relaciona com o Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa de 1938, é vastíssima e variada a bibliografia. Veja-se, por exemplo: Ferreira, Victor Matias – *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*. Lisboa: D. Quixote, 1987; *Guia urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987; Moita, Irisalva (coord) - *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp.363 e ss..

<sup>4</sup> O Engenheiro Duarte Pacheco ocupava desde 1932, o cargo de Ministro das Obras Públicas (com uma breve interrupção entre 1936 e 1938 para se dedicar ao ensino no Instituto Superior Técnico) e a partir de 1938 até à data da sua morte em 1943, acumulava o cargo de Ministro das Obras Públicas com o de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Sobre este assunto ver por exemplo: Rosas, Fernando; Brito, J. M., Duarte Pacheco (1899-1943). *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, Vol. II, pp. 710-711.

Geram-se grandes investimentos que vieram permitir a expansão e urbanização da cidade globalmente pensadas <sup>5</sup>, o seu apetrechamento com equipamentos considerados indispensáveis <sup>6</sup> e a melhoria das suas acessibilidades <sup>7</sup>.

A concretização do plano de urbanização da cidade de Lisboa, exigiu, compreensivelmente, um vasto programa de obras públicas que implicaram processos de expropriação, demolições, construções de raiz e reconstruções. Em paralelo, as obras de iniciativa privada, foram indirectamente, incentivadas pelo programa de urbanização traçado oficialmente: áreas anteriormente pouco atraentes, tornaram-se centrais e estratégicas.

Assim, parece poder dizer-se que aquilo que é hoje conhecido por processo de obra, surgiu da conjugação de vários factores. Uma reforma administrativa experimentada desde 1936 (oficializada com a publicação posterior do respectivo Código Administrativo) que fez surgir nas Câmaras Municipais as Direcções de Serviços que, substituindo os pelouros, não dependiam de vereadores eleitos mas dos presidentes e vice-presidentes de nomeação governamental <sup>8</sup>, da qual surgiu no município lisboeta a Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras <sup>9</sup>. Esta direcção viria a concretizar o plano de urbanização de Lisboa de 1938, antecipando-se a obrigação legal prevista na Lei n.º33/921 de 5 de Setembro de 1944 <sup>10</sup>. A nova dinâmica urbanística lisboeta, levou à alteração de procedimentos administrativos, implicando a necessidade de uma reformulação, por parte dos serviços camarários, da gestão da documentação relacionada com as obras em Lisboa.

Até à década de 40, para se consultar toda a documentação à guarda do município referente a um único edifício era necessária uma pesquisa morosa e paciente, uma vez que os documentos recebidos e produzidos pelos serviços camarários responsáveis pelas obras, eram arquivados respeitando uma ordem cronológica e temática que não levava em consideração o

---

<sup>5</sup> Foi durante a década de 1940 que a cidade de Lisboa se expandiu planificadamente para zonas anteriormente periféricas e com características marcadamente rurais como S. Sebastião da Pedreira, Arroios, Campo Grande, Lumiar, Alcântara, Belém, Ajuda, Benfica, Beato e Penha de França.

<sup>6</sup> Como o aeroporto, a cidade universitária e a biblioteca nacional, por exemplo.

<sup>7</sup> Nomeadamente: a saída norte-oriental, constituída sobretudo à volta do aeroporto e articulada com o eixo da Praça do Arceiro; a saída norte-interior a partir da reestruturação do Campo Grande; a saída a noroeste, a partir do Parque Eduardo VII e prolongando-se até Benfica; a saída a poente através do Parque de Monsanto e a saída marginal.

<sup>8</sup> Veja-se, por exemplo: Lima, A. Pires- *Código Administrativo: Atualizado e Anotado*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954-1956; e para o caso específico de Lisboa: *Organização dos Serviços Municipais*. Lisboa: CML, 1934; *Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: CML, 1942.

<sup>9</sup> A Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa foi criada por Portaria do Ministério do Interior publicada na II série do *Diário do Governo* de 28 de Novembro de 1940. Alguns pormenores foram introduzidos em sessão de câmara de 20 de Novembro de 1943. Esta direcção estava subdividida em 6 repartições, cujas designações demonstram bem as suas competências: 1ª Repartição – Urbanizações e Expropriações; 2ª Repartição – Arquitectura; 3ª Repartição – Arruamentos e Subsolo; 4ª Repartição – Edificações Urbanas; 5ª Repartição – Obras Municipais; 6ª Repartição – Viação e Trânsito.

<sup>10</sup> Publicada na IIª série do *Diário do Governo* de 28 de Novembro de 1940.

edifício *de per si*<sup>11</sup>. Esse facto talvez se possa relacionar com a história das atribuições legais em matéria de construção concedidas às Câmaras Municipais: quanto maior é a responsabilidade municipal, maior é a produção de documentação e maior é a necessidade de informação do seu conteúdo. Até meados dos anos 30, pouco estava regulamentado sobre essa matéria<sup>12</sup> e provavelmente só na passagem dos anos 30 para os 40, dada a dinâmica de expansão e urbanização iniciada em Lisboa, foi sentida a necessidade de reunir toda a informação relativa a cada edifício, nascendo assim aquilo que hoje é conhecido tecnicamente por processo de obra.

**E**strutura Tipológica dos Processos de Obra: Um processo de obra é constituído por toda a documentação respeitante a um determinado edifício, desde a sua construção à sua demolição. Assim, o processo de obra, inicia-se geralmente com um requerimento apresentado pelo proprietário do terreno a edificar acompanhado pela proposta de construção constituída pelas plantas do terreno onde pretende construir o edifício, pelos desenhos de arquitectura de interiores, pelos desenhos das fachadas principal e posterior, (alçados), pelos desenhos da cobertura do edifício e de outros pormenores da construção, pelos projectos de instalação dos sistemas de abastecimento de água, electricidade, gás e de instalação telefónica, bem como pelos projectos de esgotos e drenagem de águas pluviais. Junto a estes documentos, aparece a memória descritiva e justificativa de todo o projecto, englobando os métodos construtivos a aplicar, a justificação da volumetria e cêrcia, os cálculos de estabilidade e ainda um termo de responsabilidade assinado pelo técnico que fará o acompanhamento da obra. Este conjunto de documentos é indispensável ao desenvolvimento das capacidades técnicas e legais dos serviços camarários que tratam do planeamento urbanístico e da construção de edifícios. Àquela documentação inicial, seguem-se os documentos emanados pelos serviços municipais, que permitem a viabilização ou inviabilização dos trabalhos de construção. Caso o projecto mereça aprovação, será emitida a respectiva licença de construção. Qualquer alteração ao projecto aprovado, terá que ser apresentada em requerimento aos serviços municipais para que estes a sujeitem a nova avaliação. As telas finais que reproduzem fielmente a arquitectura do edifício são entregues aos serviços municipais na fase final da obra. Uma vistoria técnica a que os serviços camarários procedem no final das obras, produz o chamado auto de vistoria, que é agregado ao processo e descreve os pisos do edifício, a quantidade de fogos e os fins a que se destinam (habitação, comércio, etc). Este documento e o pedido de baixa de responsabilidade do técnico que acompanhou a construção marcam, no processo de obra, o momento em que o edifício foi concluído. A partir daí, o processo de obra vai crescendo ao ritmo das alterações que o edifício vai sofrendo ao longo da sua existência<sup>13</sup>. Todas as alterações, desde que ultrapassem a limpeza e pintura, exigem novo requeri-

<sup>11</sup> Segundo as informações de antigos funcionários do Arquivo Municipal de Lisboa que desempenhavam funções na época em que os processos de obra começaram a ser constituídos e que, inclusivamente, participaram nessa tarefa.

<sup>12</sup> É pelo menos o que se pode depreender através da consulta dos códigos administrativos em vigor ao longo do século XX.

<sup>13</sup> Assim, se existem processos de obra que ocupam apenas uma unidade de instalação (geralmente um *dossier*), existem outros muito mais volumosos como o que se refere ao Hotel Ritz (Processo nº 57.036 / 1954; Obra nº 27.777) que se distribui por 36 *dossiers*.

mento, acompanhado de proposta recomeçando-se os procedimentos que levarão à arquivagem no processo de mais documentos. Aliás, mesmo as alterações que não exigem autorização camarária podem ser detectáveis, na maioria dos casos, através da consulta do processo de obra respectivo desde que impliquem ocupação da via pública como é frequente no caso da colocação de andaimes ou de telas protectoras.

Quando se pretende demolir um edifício, é apresentado nos competentes serviços camarários um requerimento, acompanhado de um plano de demolição, descritivo dos métodos que se pretende utilizar, das normas de segurança a aplicar e dos prazos previstos para a demolição. Após uma vistoria efectuada pelos serviços camarários cujo objectivo é a avaliação do eventual interesse histórico e arquitectónico do edifício (na sua totalidade, ou em alguns dos seus elementos) a demolir, resulta mais um documento o qual pretende discriminar as características do edifício<sup>14</sup>. De seguida, os serviços municipais emitirão a licença de demolição que poderá ter condicionantes, encerrando o processo administrativo. Este será ingressado no respectivo processo de obra. O processo de obra perde, então, grande parte do seu valor administrativo mas realça o seu valor histórico, continuando matéria de consulta, graças à sua valorização como fonte documental para a história da construção civil, da arquitectura e do urbanismo.

Idealmente, a cada edifício existente no município de Lisboa, corresponde um processo de obra, que faz a sua história desde a construção de raiz até à demolição, desde que esse edifício tenha surgido a partir da década de 40 do século XX. Mas, na realidade, os técnicos municipais não se limitaram a constituir processos de obra para os novos edifícios e tentaram criar processos de obra para edifícios já existentes muito anteriormente à década de 40, iniciando-os com os requerimentos que iam entrando nos serviços autárquicos e até pesquisando e reequivando documentação que lhe era relativa e que se encontrava arquivada de outro modo. Esta iniciativa tem os seus efeitos: nem todos os processos de obra fazem a história do edifício respectivo desde a sua construção de raiz: alguns começam-na a meio da vida do edifício; existem nos processos de obra documentos com datas muito anteriores à década de 40, os mais antigos remontando aos finais do século XIX; os edifícios que possuem processo de obra não são necessariamente coevos ou posteriores à década de 40, chegando a existir processos de obra referentes a edifícios que resistiram ao terramoto de 1755; da análise da evolução da numeração arquivística dos processos de obra, não se pode deduzir o grau de antiguidade dos edifícios respectivos<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> A vistoria dos serviços camarários que avaliará o interesse histórico e arquitectónico do edifício irá fazê-lo a partir das características do imóvel e da sua integração na zona construída, ou verde, envolvente e salientando, nomeadamente, a existência de azulejos, ou de placas toponímicas ou evocativas a ceder à Autarquia, de acordo com o despacho nº14/72. Dessa apreciação resulta o preenchimento de uma ficha que também é anexada ao processo de obra do edifício.

<sup>15</sup> De facto, existem 128 processos de obra correspondentes a edifícios pré-pombalinos e o processo de obra nº 1 corresponde, como já vimos, ao Cine-Teatro Monumental (ver nota 2).

**P**roposta de Classificação Patrimonial dos Processos de Obra: A selecção num vasto e diverso conjunto documental daqueles processos de obra que merecem ser destacados é uma tarefa que exige uma prévia definição de critérios claros, objectivos e fundamentados <sup>16</sup>.

A Lei nº 13/85 de 6 de Julho de 1985 <sup>17</sup>, relativa ao Património Cultural serviu de ponto de partida e ajudou à distinção de dois dos **três tipos** que ora se propõem para a classificação dos processos de obra.

Uma 1ª classificação que se poderá designar como a dos **edifícios de classificação nacional**, reúne os processos de obra que se referem a edifícios classificados pelo Estado Português, como monumentos nacionais ou imóveis de interesse público <sup>18</sup>.

Uma 2ª classificação que poderá designar-se como a dos **edifícios de classificação municipal**, reúne os processos de obra que se referem a edifícios classificados pela Câmara Municipal de Lisboa, como valores concelhios <sup>19</sup>.

Uma 3ª classificação que se poderá designar como a dos **edifícios não classificados de valor patrimonial reconhecido**, foi criada levando em consideração a idade, o tipo arquitectónico, a função e a notoriedade premiada dos edifícios. Neste caso, com vista a uma selecção objectiva e isenta dos edifícios a distinguir, foram efectuadas consultas a entidades oficialmente institucionalizadas que possuem, elas próprias, inventários e classificações <sup>20</sup>. Assim, todos os processos de obra que se refiram a edifícios distinguidos por qualquer dessas entidades, bem como aqueles que foram alvo de estudos e tratados bibliograficamente, foram merecedores de integrar este grupo. O eclectismo e vastidão deste terceiro agrupamento, obriga à sua subdivisão, em sub-grupos ditada por critérios cronológicos, funcionais, ou de valor artístico. <sup>21</sup>:

---

<sup>16</sup> O levantamento que permitiu a realização deste artigo, efectuámo-lo ao longo do ano de 1999 e desse trabalho de selecção resultou a *Proposta de Classificação Patrimonial dos Processos de Obra do Arquivo Municipal de Lisboa*, cujas fichas que a fundamentam se distribuem por 8 *dossiers* pertencentes ao arquivo corrente do Arquivo Municipal de Lisboa (dos quais, três *dossiers* contêm as fichas dos processos de obra referentes aos edifícios com classificação nacional, um *dossier* com as fichas dos processos de obra relativos aos imóveis com classificação municipal e os restantes quatro *dossiers* com as fichas dos processos de obra de edifícios de valor patrimonial reconhecido).

<sup>17</sup> Publicada na IIª série do *Diário da República* de 6 de Julho de 1985.

<sup>18</sup> Detectaram-se 922 processos de obra referentes a edifícios classificados como monumentos nacionais ou como imóveis de interesse público.

<sup>19</sup> O levantamento preliminar permitiu a identificação de 512 processos de obra referentes a edifícios classificados como valores concelhios.

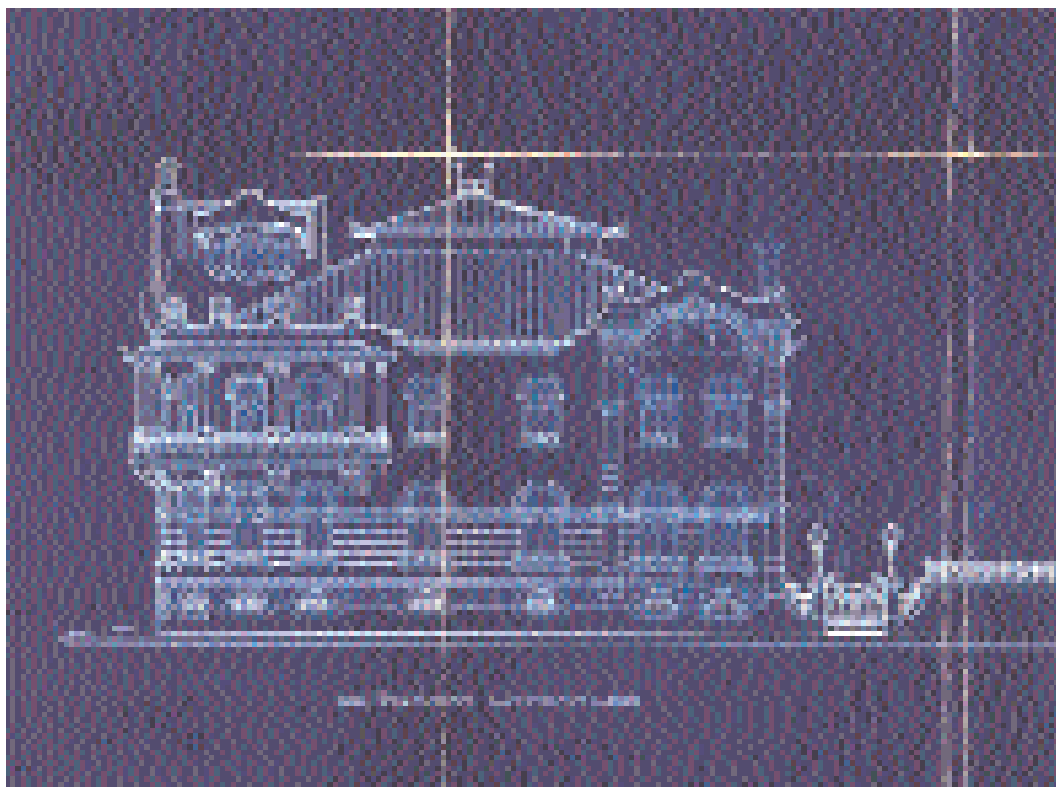
<sup>20</sup> São os casos do Instituto Português do Património Arquitectónico, do Instituto Português de Museus, do Centro de Relações Públicas do Ministério da Educação, da Direcção Geral de Turismo, da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, da Ordem dos Arquitectos e do Patriarcado de Lisboa.

<sup>21</sup> Sobre os critérios que estão por trás da subdivisão operada convém especificar: o critério cronológico apenas foi utilizado para destacar os edifícios pré-pombalinos não classificados; o valor artístico serviu para salientar edifícios premiados e edifícios não classificados e não premiados claramente representativos de estilos artísticos; o critério funcional foi, sem dúvida, o mais utilizado e, nesse aspecto, foi levada em consideração a função para a qual o edifício foi originalmente destinado, independentemente da sua posterior reutilização para outras funções, desde que não tenham descaracterizado totalmente o edifício (assim o Cine-Teatro Édén entrará na categoria de cinemas e teatros, mesmo que actualmente sirva a função hoteleira).

- **edifícios pré-pombalinos de habitação:** neste grupo estão incluídos os processos de obra que se referem a edifícios que resistiram ao terramoto de 1755, tendo alguns conseguido subsistir até à actualidade, embora com profundas alterações, especialmente ao nível dos interiores <sup>22</sup>.

- **edifícios distinguidos com o Prémio Valmor:** neste conjunto reúnem-se os processos de obra referentes aos edifícios que foram distinguidos com o Prémio Valmor <sup>23</sup>. Os edifícios premiados apresentam a evolução dos estilos artísticos na arquitectura portuguesa, demonstrando que o prémio Valmor tem cumprido o seu papel de incentivo à arquitectura e de desafio aos arquitectos.

- **edifícios de interesse arquitectónico:** este agrupamento compõe-se daqueles processos de obra correspondentes a edifícios nunca premiados ou classificados, com funções variadas, mas que são claramente representativos de estilos arquitectónicos como a Arte Nova, a *Art Deco*, o Modernismo Radical, o Português Suave Monumental e o Pós-Modernismo. Incluem-



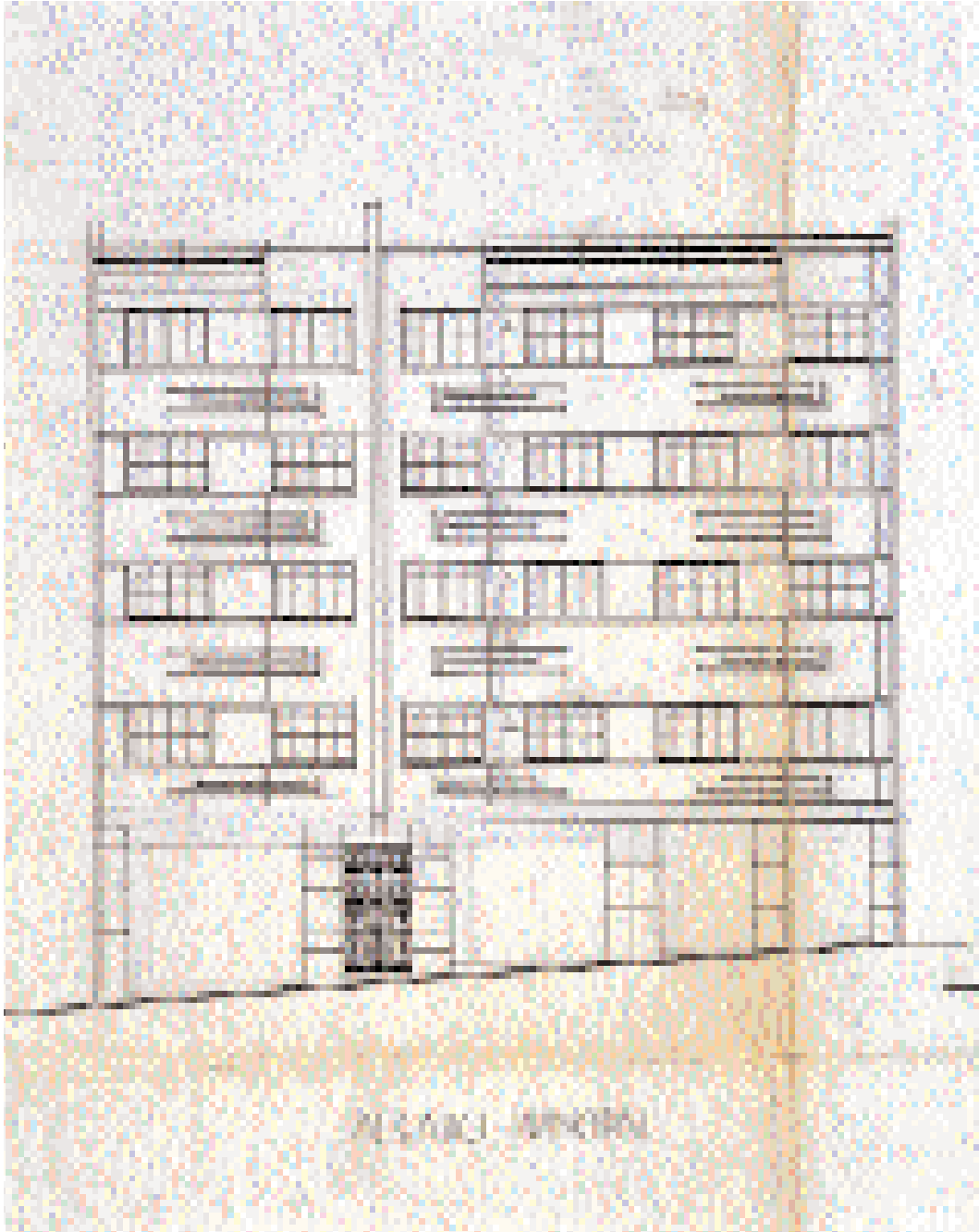
**Fig. 1** - Alçado lateral do edifício, ao qual foi atribuído o prémio Valmor em 1914, da autoria do Arquitecto Manuel Joaquim Norte Júnior . Situa-se na Avenida Fontes Pereira de Melo nº 28, e presentemente pertence ao Concelho de Administração do Metropolitano de Lisboa . AML-AE, Obra nº 14.040, Processo nº 1255/ 1911 folha, nº 2.

<sup>22</sup> Foram identificados 128 processos de obra.

<sup>23</sup> Apesar do regulamento instituir a sua anualidade, o Prémio Valmor não tem sido atribuído todos os anos.

se também exemplos que testemunham os princípios declarados na Carta de Atenas, nomeadamente a harmonização entre a arquitectura e os espaços verdes <sup>24</sup>

- **mosteiros:** o levantamento efectuado, apurou a existência de processos de obra relativos a mosteiros anteriores ao século XIX que nunca mereceram qualquer classificação. A extinção



**Fig. 2** - Exemplo de um edifício da fase arquitectónica modernista em Lisboa, que decorreu sensivelmente enter 1925 –1940. Construído em 1936 é da autoria do arquitecto Cassiano Branco e situa-se na Rua Palmira nº 35 a 35 D. AML-AE, Obra nº 50699, 1º volume, Processo nº 7900/1936, folha nº 4.

<sup>24</sup> O levantamento permitiu a selecção de 970 processos de obra.



das ordens religiosas decretada em 1834 e as conseqüentes expropriações dos seus bens, muitos dos quais foram vendidos em hasta publica, levou a que a maioria destes locais de recolhimento religioso, fossem reutilizados para outras funções. É o caso dos edifícios a que se referem estes processos de obra que para servirem de museus, hospitais, quartéis, ou até de apartamentos habitacionais, foram alvo de alterações estruturais que possibilitaram a constituição dos respectivos processos de obra. Noutros casos os edifícios encontram-se simplesmente desocupados e praticamente ao abandono <sup>25</sup>.



136

**Fig. 3** - Exemplo de Edifício característico do estilo “Português Suave” imposto pelo Estado Novo, na Avenida Sidónio Pais nº 14. AML-AE, Obra nº 3403, 1º Volume, Processo nº 42570/1941, folha nº 55.

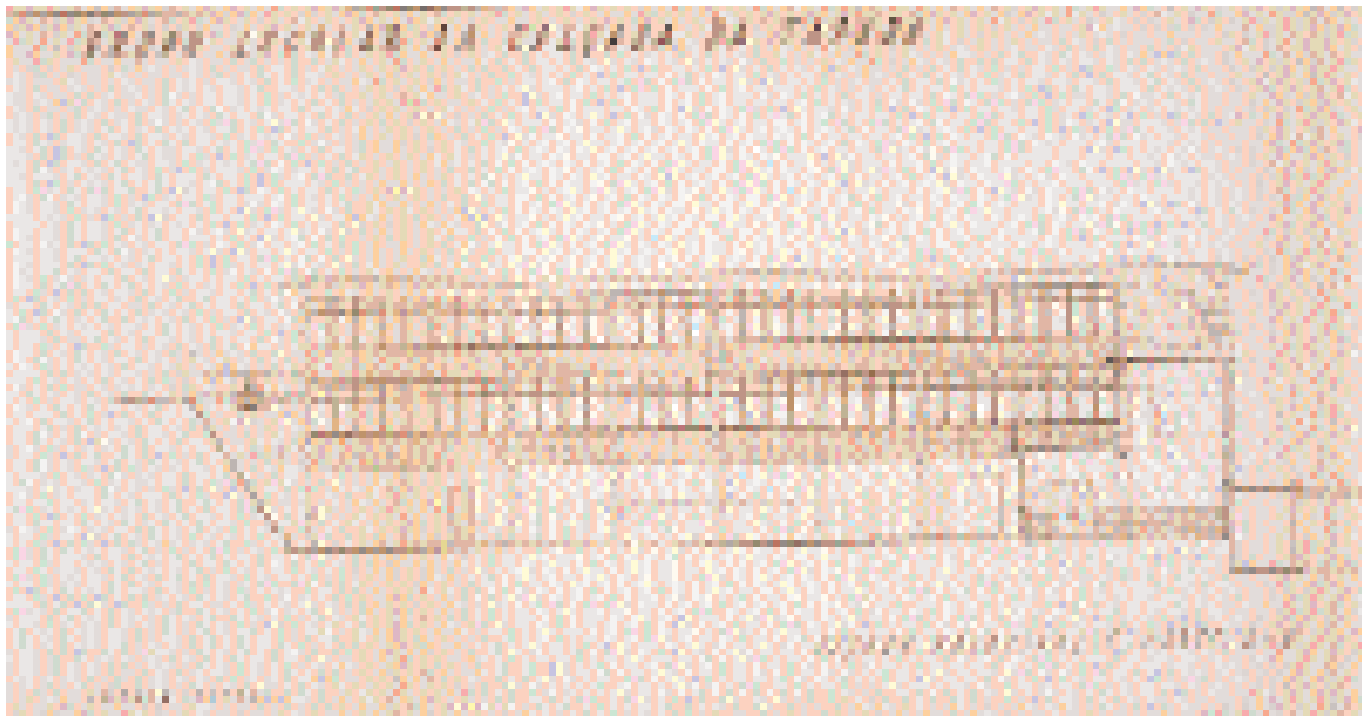
<sup>25</sup> Foram detectados 15 processos de obra.

- **igrejas e capelas:** existem processos de obra referentes a igrejas e capelas. Muitos destes edifícios são construções do século XVIII integradas no programa de reconstrução pom-balino e então o respectivo processo de obra quase nunca é completo. O mesmo já não acontece no caso dos edifícios religiosos construídos a partir da década de 40 do século XX, cujos processos são mais ricos em informação<sup>26</sup>.

- **estabelecimentos de ensino:** neste grupo incluem-se os processos de obra de edifícios que servem a função escolar, pública ou privada, nos seus diferentes níveis, primário, secundário, técnico-profissional e superior. Foram classificados apenas aqueles que se destacam como equipamentos estruturantes da cidade de Lisboa, ignorando-se assim numerosos processos de obra respeitantes a edifícios que cumprem as mesmas funções mas que aparecem de uma forma indiferenciada na paisagem urbanística da cidade<sup>27</sup>.



**Fig. 4** - Alçado Principal da Igreja do Stº Condestável, inaugurada em 1951 (e com projecto de construção de 1948) na Rua Francisco Metrass, tornejando com a Rua Saraiva de Carvalho, em Campo de Ourique. AML-AE, Obra nº 14460, 1º volume, Processo nº 1107/1948, folha nº 80.



**Fig. 5** - Alçado de uma escola primária construída pela C.M.L. em 1956 e integrada no grupo escolar da Calçada da Ajuda. AML-AE, Obra nº 29.100, Processo da D.S.U.O, folha nº 5.

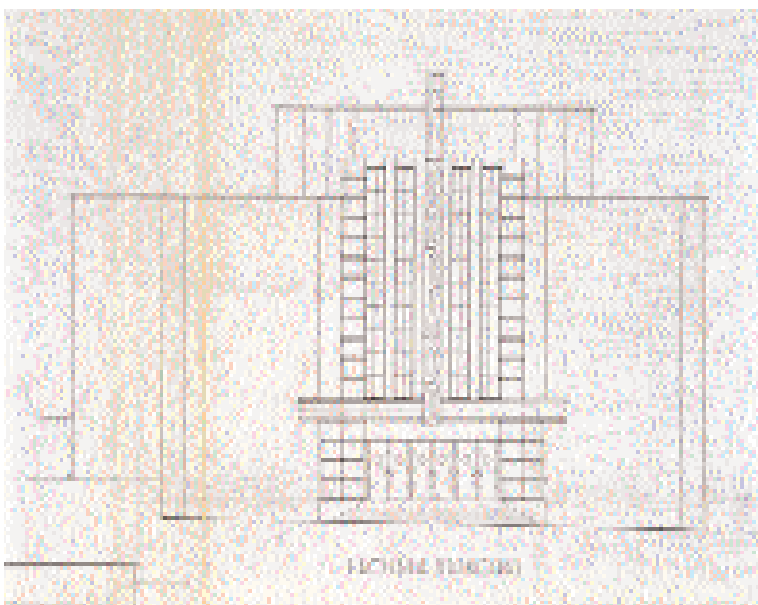
<sup>26</sup> Conseguiu-se apurar a existência de 72 processos de obra.

<sup>27</sup> Merecem este destaque 34 processos de obra.



**Fig. 6** - Alçado da Antiga Fábrica de Cerveja “Germania” construída em 1912 na Avenida Almirante Reis, nº 115a – 115b e que mais tarde dará origem à fábrica de cerveja “Portugália”. Destaque-se o pormenor escultórico do busto da República Portuguesa por baixo da Palavra “Germania”. AML-AE, Obra nº 2476, Processo nº 1874/1912, folha nº 3.

- **edifícios industriais:** neste conjunto contam-se os processos de obra pertencentes a outras tantas fábricas, hoje desaparecidas. Nem todos possuem a mesma riqueza documental, mas a partir da consulta de alguns pode conhecer-se ao pormenor todo o edificado fabril segundo uma perspectiva temporal e, por isso, acompanhar a história da instituição, a sua evolução tecnológica e, mesmo, detectar crescimentos e retrocessos de produção<sup>28</sup>.

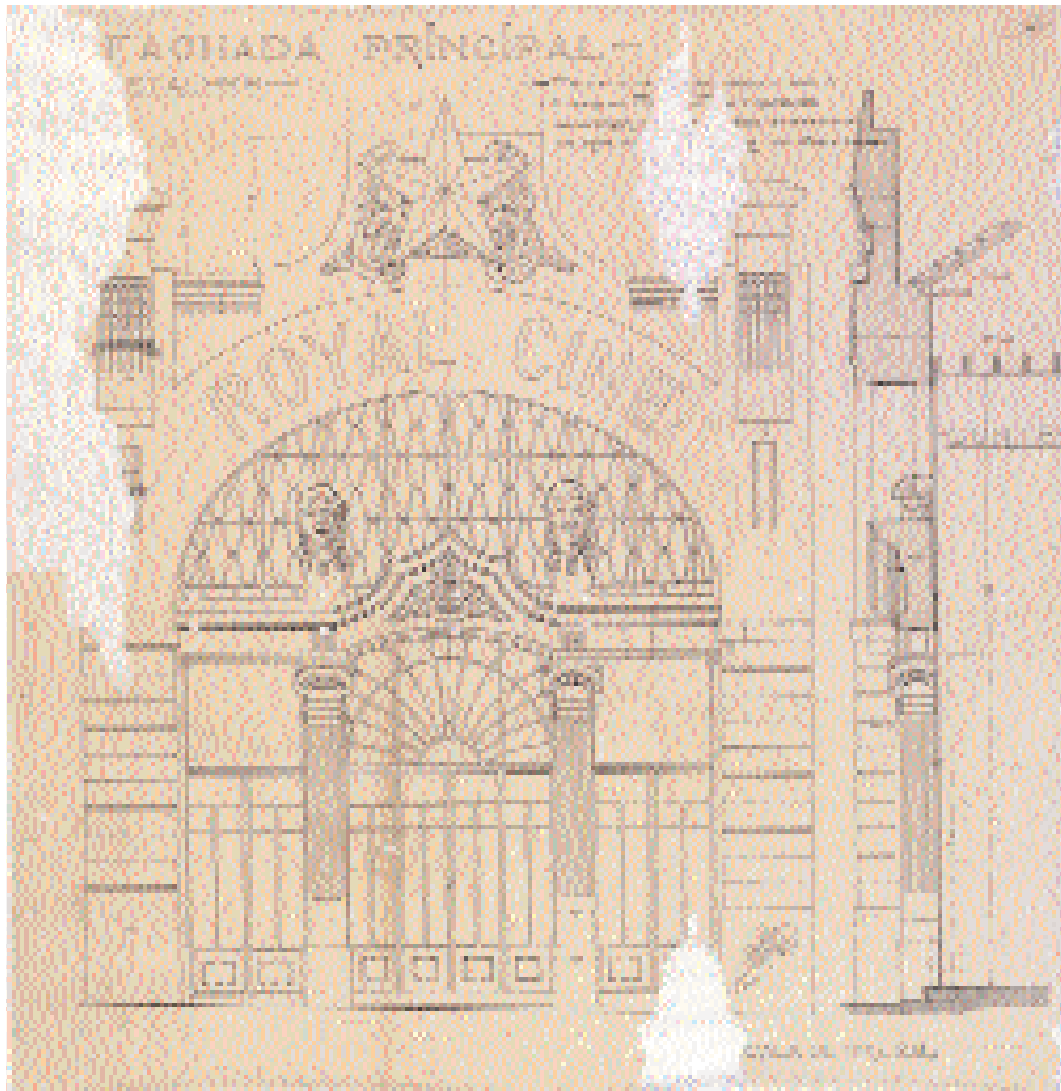


- **teatros e cinemas:** das inúmeras casas de espectáculo existentes em Lisboa que possuem processo de obra no Arquivo do Alto da Eira, apenas algumas mereceram ser destacadas e referem-se a grandes edificios construídos de raiz para o efeito, que nalguns casos (sobretudo se eram destinados ao cinema) se encontram actualmente desactivados, foram demolidos, ou reaproveitados para o cumprimento de outras funções<sup>29</sup>.

**Fig. 7** - Alçado do *Music-hall* e esplanada “Capitólio” construído no antigo lugar da esplanada egípcia do Parque Mayer. Foi adaptado a cine-teatro em 1935. Apesar de o alçado ainda referir o nome “El Dourado”, desde a sua inauguração o edifício adoptou a designação de “Capitólio”. AML –AE, Obra nº 41944, Processo nº 18091/1929, folha nº 24.

<sup>28</sup> Seleccionou-se um conjunto de 69 processos de obra.

<sup>29</sup> Detectaram-se 19 processos de obra.



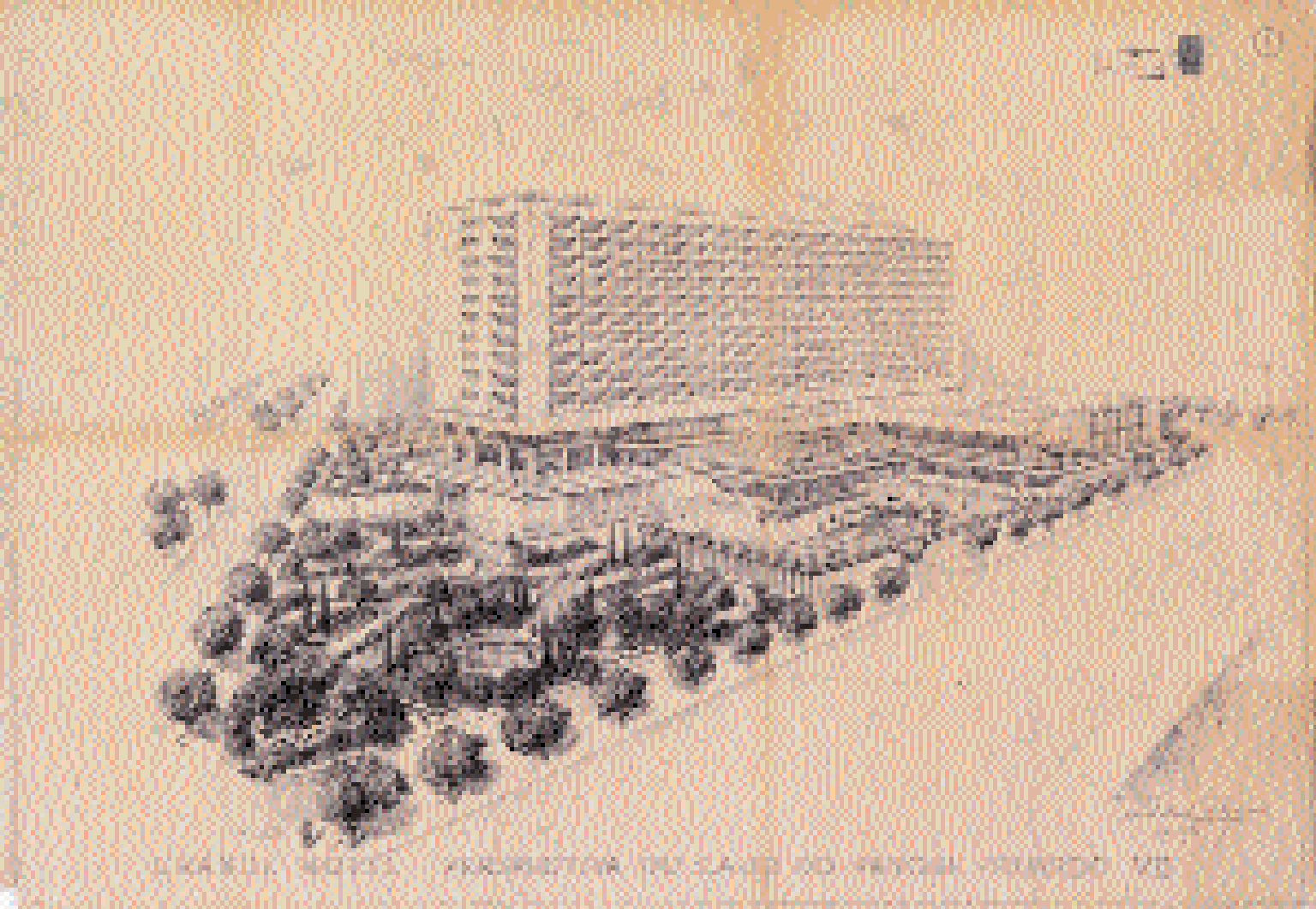
**Fig. 8** - Detalhe da fachada do Cinema “Royal-Cine” construído em 1928, na Rua da Graça e aonde se estreou o primeiro filme sonoro em Portugal ao qual assistiu o Marechal Carmona. AML-AE, Obra n° 33928, Processo n° 9745/1928, Folha n° 2.[restaurado]

- **hospitais:** dos numerosos hospitais existentes em Lisboa, muitos estão instalados em antigos mosteiros e palácios adaptados. Para integrar este grupo seleccionaram-se os processos de obra que se referem a edifícios construídos de raiz ou estruturalmente modificados para servirem a função hospitalar, segundo as correntes da época em que se iniciaram as obras <sup>30</sup>.

- **hotéis:** a maioria dos edifícios construídos de raiz, ou totalmente adaptados para servirem a função hoteleira na cidade de Lisboa, surgiu a partir da segunda metade do século XX <sup>31</sup> e portanto possui processo de obra. Porém, nem todos os processos foram considerados dignos de classificação.

<sup>30</sup> Encontraram-se 18 processos de obra.

<sup>31</sup> Foram identificados 50 processos de obra.



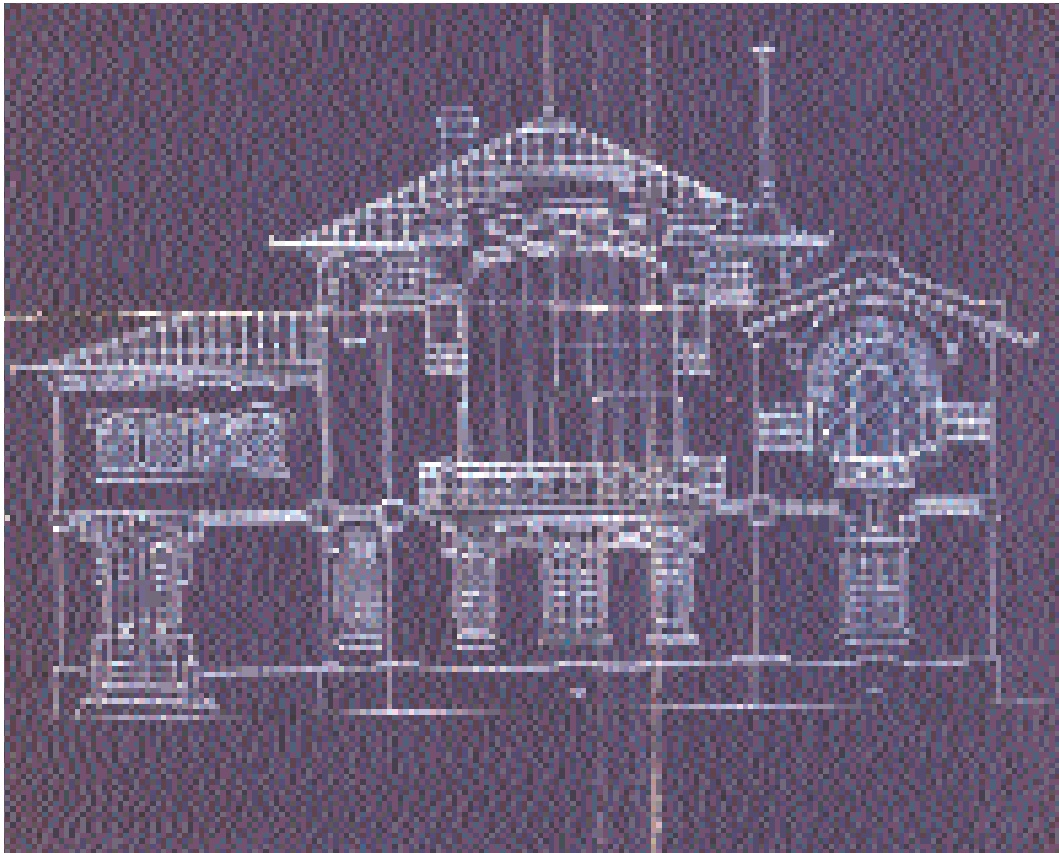
**Fig. 9** - Perspectiva do Hotel Ritz, (na Rua Castilho nº 77A – 77E, tornejando a Rua Rodrigo das Fonseca nº 88 – 88A, a Rua Joaquim António Augusto de Aguiar nº2 e a Rua Marquês de Suberra, nº1 – 1A) visto do lado do parque Eduardo VII, da autoria do Arquitecto Pardal Monteiro. O projecto viria a sofrer alterações sacrificando-se os jardins, aonde viriam a ser construídas galerias para fins comerciais. AML-AE, Obra nº 27.777, 1º volume, Processo nº 57.036/1954, folha nº 73.

- **pátios e vilas:** foram detectados processos de obra de edifícios pertencentes a pátios e vilas da cidade de Lisboa, que representam a resposta encontrada nos finais do século XIX para a necessidade de alojar uma população operária que crescia rapidamente. Muitos destes espaços que ainda não foram demolidos, dado o seu significado urbanístico, sociológico e histórico importa preservar <sup>32</sup>.

- **museus:** grande parte dos museus lisboetas estão instalados em antigos mosteiros ou palácios, alguns dos quais classificados. Neste grupo incluem-se apenas os processos de obra que se referem a edifícios especialmente criados para acolher colecções museológicas, quer se trate de edifícios de raiz ou de edifícios pré-existent sem identidade própria radicalmente transformados para se adaptarem às suas novas funções <sup>33</sup>.

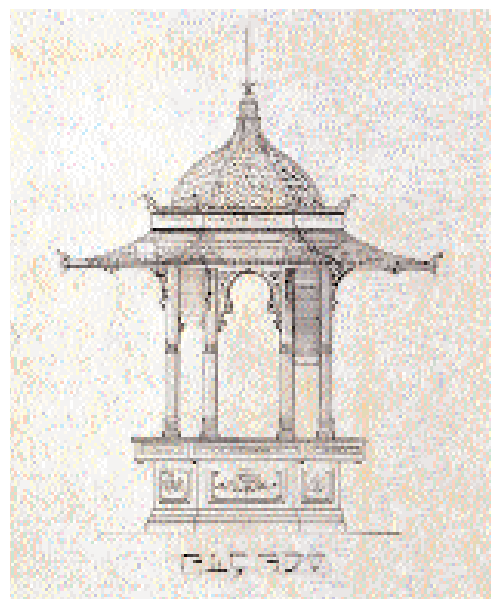
<sup>32</sup> Detectaram-se 131 processos de obra.

<sup>33</sup> Identificaram-se 61 processos de obra.



**Fig. 10** - Alçado principal da moradia mandada edificar por José Vital Branco Malhoa em 1904 (na Avenida 5 de Outubro nº6 e 8, tornejando a Rua Pinheiro Chagas nº1). O imóvel foi posteriormente vendido ao Dr. Anastácio Gonçalves e é, presentemente, a Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves. AML-AE, Obra nº 45.778, Processo nº 1464/1904, folha nº 3.

- **quiosques:** embora não sejam imóveis e se incluam naquilo que é corrente designar por mobiliário urbano, existem no Arquivo do Alto da Eira processos de obra de quiosques provando a diligência e o rigor dos serviços camarários da década de 1940 que constituíram processos de obra para estas edificações móveis e efémeras (e actualmente desaparecidas), tão em moda em Lisboa entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX <sup>34</sup>.



**Fig. 11** - Projecto de alterações de um quiosque, datado de 1909 construído na Avenida da Liberdade (frente à Rua Barata Salgueiro) e presentemente já demolido. AML-AE, Obra nº 43.032, Processo nº 4762/1909, folha nº 4.

<sup>34</sup> São 25 processos de obra.

- **chafarizes:** apesar de serem muitos os chafarizes que serviram e ainda servem Lisboa de água, raros são os que possuem processo de obra <sup>35</sup>.

- **equipamentos desportivos:** neste grupo pretende-se reunir todos os processos de obra que digam respeito a edifícios unicamente vocacionados para a prática de actividades desportivas <sup>36</sup>.

- **grandes superfícies comerciais:** no conjunto dos edifícios construídos de raiz, não classificados, para albergar espaços comerciais, raros são os que possuem processo de obra no Arquivo <sup>37</sup>.

Desta proposta de classificação em três categorias resultam óbvios alguns factos: a mobilidade ascendente e descendente entre as categorias é uma realidade - a qualquer momento, um edifício da 3ª categoria pode merecer uma classificação oficial, municipal ou nacional e, do mesmo modo, qualquer alteração estrutural nos edifícios classificados pode exigir a sua desclassificação; no futuro, pode haver a necessidade de se criarem mais subcategorias dentro da 3ª categoria, graças à dinâmica urbano-funcional da cidade, ou ao interesse dos serviços municipais, dos munícipes e dos investigadores; e, finalmente, o levantamento dos processos de obra para integrar cada uma das categorias ou subcategorias deve ser uma tarefa contínua, sujeita a uma avaliação regular e competente.

**Conclusão:** Presentemente existem na dependência do Alto da Eira do Arquivo Municipal de Lisboa cerca de 60.000 processos de obra de edifícios existentes e cerca de 6.150 de edifícios demolidos <sup>39</sup>. Esse conjunto documental essencial para a vida do município representa também uma riqueza imensa de informação sobre a história da construção civil, da arquitectura, do urbanismo e das competências nessas matérias da Câmara Municipal de Lisboa. Os processos de obra constituem então, eles próprios, um património que é necessário proteger e preservar, cabendo aos serviços que os têm sob sua tutela defendê-los dos danos que a necessária circulação interna poderá causar-lhes e ao mesmo tempo zelar pela salvaguarda da sua acessibilidade - tarefa manifestamente difícil e, por vezes, ingrata.

---

<sup>35</sup> Existem 4 processos de obra correspondentes aos chafarizes da Esperança, do Rato, d' El Rei, e das Laranjeiras.

<sup>36</sup> Surpreende a existência de um único processo de obra, correspondente ao estádio do Sporting Clube de Portugal (Obra nº 38493), quando se conhecem tantos edifícios desportivos marcantes na malha urbana de Lisboa.

<sup>37</sup> A integrar esta categoria apenas se detectaram dois processos de obra, nomeadamente os que correspondem ao Centro Comercial das Amoreiras (Obra nº 60690) e ao Centro Comercial da Mouraria (Obra nº 61340), quando muitos equipamentos da mesma natureza, estruturantes na paisagem urbana de Lisboa, ainda não têm processo de obra no Arquivo Municipal de Lisboa.

<sup>38</sup> Correspondentes a cerca de 85.000 unidades de instalação e a cerca de 5.000 metros lineares, estando previsto um crescimento anual de cerca de 70 metros por ano.

<sup>39</sup> Correspondentes a cerca de 10.800 unidades de instalação e a cerca de 185 metros lineares, estando previsto um crescimento de cerca de 15 metros por ano.

